

Resenha do livro “Gilles Deleuze: a grande aventura do pensamento”

ULPIANO, Claudio. *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento*. Macaé – Rio de Janeiro: Funemac Livros, Centro de Estudos Cláudio Ulpiano, 2013, 277 páginas.

Paulo Domenech Oneto*

Não é tarefa fácil escrever sobre o livro de um autor quando este se notabiliza, antes mesmo da escrita, por sua contribuição para o pensamento em aulas e palestras que ministrou, isto é, por uma forma anterior de exposição das ideias (oral no caso). Tal é a situação de Cláudio Ulpiano, autor de *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento*, livro publicado 14 anos após sua morte em 1999. Trata-se de sua tese de doutoramento, cuidadosamente revista por sua companheira, Silvia Ulpiano, com a ajuda de amigos, ex-alunos e especialistas nos diversos temas e autores abordados ao longo do livro, sempre em conexão com Deleuze.

Não é fácil escrever sobre esse tipo de livro por se tratar de um trabalho que não pode deixar de ser encarado e lido primordialmente como testemunha das aulas que o precederam. Neste sentido, ele funciona como uma espécie de revérbero – quer o queiramos ou não, uma vez que seus leitores talvez o leiam com um olhar nas aulas, no que ouviram e ouvem, viram e veem, como é possível encontrar no site do Centro de Estudos Claudio Ulpiano (CCLULP) ¹. De resto, esta suspeita se confirma pela inclusão de um Apêndice que visa remeter as discussões de cada capítulo às aulas de Ulpiano conforme disponibilizadas no site: sejam elas transcritas, em áudio ou em vídeo (AT, AA, AV).

Mas a dificuldade desta resenha pode ser enfrentada por meio de uma atenção redobrada ao estilo do livro, tal como abordado na própria apresentação de Silvia Ulpiano. Assim, como ela escreve, trata-se “de texto filosófico especialmente elaborado numa escrita de interações múltiplas, em sentido plurisseriesado” (p. 15). Assim, o que é preciso levar em conta é que Ulpiano se deixa atravessar por múltiplas falas de múltiplos autores (comentados ou não por Deleuze) e, talvez, deva ser compreendido

* Doutor em filosofia pela *Université de Nice*. Professor adjunto na Escola de Comunicação da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Contato: pgdomenechoneto@gmail.com

¹ <http://www.claudioulpiano.org.br/>.

antes de tudo, pelo modo como as articula. O agenciamento principal é com Deleuze, como é evidente. Ulpiano faz dele seu heterônimo, como ele mesmo afirmava. Mais do que isso. Deleuze é colocado como seu *a priori* em sentido quase kantiano, ou seja, como aquele que fornece as condições de possibilidade para o seu pensamento próprio e singular. Não se trata, portanto, de um livro sobre a filosofia de Deleuze e sim, como diz ainda uma vez Silvia Ulpiano, de uma obra cujo *modus operandi* consiste em extrair das palavras do pensador francês certas virtualidades que não estão atualizadas em seu discurso filosófico. Em suma, trata-se de fazer Deleuze dizer o que não disse (pelo menos não exatamente), mas poderia ter dito.

É assim que é possível ler *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento* com menos pudor e sem amarrar o livro ao ensinamento oral de Ulpiano. É assim que é possível superar as dificuldades de um livro-revêrbero. Devemos seguir a voz de um autor que parece se insinuar entre múltiplas vozes, todas de algum modo vinculadas a Deleuze, e sempre modesta e discretamente, por meio de uma escrita em ziguezague, labiríntica sem ser barroca. O que Ulpiano faz com Deleuze é um pouco do que o próprio Deleuze fez com os filósofos de que se valeu. Mas com uma diferença própria do estilo de Ulpiano. Sim. O estilo. Sempre singular em qualquer caso, por definição. Como Deleuze, Ulpiano não busca reproduzir o discurso dos filósofos sobre os quais se debruça: quer compreendê-los e, conseqüentemente, acaba por ir além deles no sentido de uma ampliação de nossa compreensão. Como escreve Ulpiano na esteira expressionista de Spinoza e Deleuze, já no capítulo 1 (“Implicar-explicar”): “de modo algum fazer com que conheçamos qualquer coisa [no sentido comum de conhecer], mas fazer-nos compreender a própria potência de conhecer” (p. 26).

Porém, enquanto o filósofo francês oscila entre um estilo por vezes crítico e encantatório, algumas vezes sóbrio e seco, mas sempre pontuado por fórmulas-clarões que sintetizam e iluminam o que é dito, Ulpiano encanta por um encadeamento sutil que embaralha as falas e as liga com frases breves e pontuações surpreendentes. Por exemplo, em três passagens do capítulo mais curto do livro (14: “Literatura”): “Começa-se: descrição cristalina e narração falsificante. Ou com a narrativa Barroca ou, ainda, com o esforço de Henry James para renová-la, renovar a literatura, com o perspectivismo. A literatura e a vida – é o que Deleuze ensina com os devires” (p. 151). E ainda: “A quem pertence Sebastian Venable: à lei ou ao acaso? O profeta, o anjo e o demônio – assim começa o par literatura e vida. *Os Bizantinos subiam em seus*

elevadores. Com que superioridade Madame Hepburn pronuncia este enunciado!” (*idem*). Ou na sequência: “A estética: a fuga da forma em favor da zona de vizinhança. Nem identificação, nem imitação, nem *Mímesis*. Supressão do platonismo e abertura para os simulacros. O devir dá um ponto final à representação” (p. 152).

São sequências que contêm algo de aforístico e poético. Interpretação e avaliação, como diz Deleuze referindo-se a Nietzsche, que teria introduzido esses dois novos meios de expressão no universo filosófico.

O livro de Ulpiano avança nesse estilo elegante, embaralhando as vozes, fazendo-as ecoarem em série, um pouco como na obra de Deleuze que parece ser a mais importante para ele: *Lógica do sentido*. Enfim, é pelo estilo de sua escrita que Ulpiano pode surgir renovado, além de suas aulas. O ensino escrito não equivale ao oral. Jamais. E o estilo é inseparável do que é dito, tanto na oralidade quanto na escritura. No caso de *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento* o que está em jogo é o modo como os temas deleuzianos vão se encadeando, como as palavras na sintaxe de uma frase, os barcos de uma regata sobre as pequenas ondas que os sacodem. Os 20 capítulos podem ser lidos separadamente, mas há uma costura. É preciso adivinhá-la. Resenhar o livro é tentar adivinhar sua cerzidura.

Tudo começa pelo par implicação-explicação. E por aí o leitor já pode perceber o que Ulpiano tenta destacar na obra de Deleuze: a dimensão *onto-lógica* de sua filosofia. O que seria isso? É a razão suficiente. A inclusão. A identidade do acontecimento (“ontologia”) e do predicado (“lógica”). “Tudo tem uma razão!” é um grito. Um grito que afirma que não apenas é possível pensar e encadear no pensamento o que se encadeia na vida, mas que pensar é promover este duplo encadeamento. Poucos estudiosos da obra deleuziana conseguiram colocar esta dimensão tão à mostra. E se Ulpiano consegue é justamente porque seu estilo o faz ao mesmo tempo em que o diz. Quando dizer é fazer. As ideias não são um duplo. Não são objetos mentais que se referem a algo de exterior. Elas *exprimem*. Nos termos do próprio Deleuze, referindo-se a Spinoza e sua teoria da expressão: uma ideia só pode ser dita “representar” um objeto na medida em que exprime o que nele (no dito “objeto”) a causa. O conteúdo de uma ideia é, portanto, expressivo e não representativo, e remete à potência de pensar.

Ulpiano se exprime assim, isto é, suas ideias no livro desdobram as ideias deleuzianas, apontando para algo de potente nelas, algo capaz de causar ou desencadear processos. O livro de Ulpiano é um desses processos, um efeito das ideias deleuzianas,

mas um efeito de superfície, pois implica uma diferença. Há determinação sem determinismo.

Eis porque o capítulo 1 do livro é, talvez, o mais difícil juntamente com o último. Trata-se de expor a ideia de expressão conforme ela atravessa várias obras de Deleuze sem estar necessariamente explicitada. Implícita, implicada. A expressão como precursor sombrio de todos os livros do filósofo. No caminho percorrido por Ulpiano, muitas coisas são colocadas juntas, embaralhadas. Signo, sentido, essência, metafísica... aparecem redefinidos a partir de uma nova imagem do pensamento em que o ato de pensar nada tem de natural, mas é engendrado a partir de um encontro que nos coage. O signo é, agora, o objeto deste encontro. A essência se torna a unidade deste signo com o sentido que é produzido como um vapor a partir da fricção de um choque, como nos estoicos que Deleuze e Ulpiano tanto admiram.

Signo, sentido; essência como terceiro termo que mantém um aspecto platônico por não estar nem no pensamento de um sujeito nem ser essência a partir da existência de uma coisa-objeto, mas que também já não pode ser platônica por não se encontrar à parte dos chamados “exemplos”. Sim. Podemos dizer que o maior mérito de *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento* reside nisso: na maneira como o platonismo, Kant ou a imagem dita dogmática do pensamento – que crê saber o que é pensar antes de pensar, que acha pensar a coisa mais natural e óbvia do mundo – vão cedendo e rachando sem estrondo, a tal ponto que o leitor desavisado vai sendo hipnotizado e pode pensar que Platão, Plotino ou Kant ainda estão no mesmo lugar de antes.

Ledo engano. Com Ulpiano, as chamadas condições de possibilidade de Kant, por exemplo, vão suavemente deixando de ser condições de aparição do fenômeno para se tornarem condições de singularização e individuação. Mas o singular “se libera da posição de sinônimo de individual” (p. 29) porque, afinal, o *a priori* tampouco pode ser forma, tornou-se matéria de expressão que se singulariza antes de se individualizar. O singular é da ordem do acontecimento.

Ulpiano então redefine também o pensamento como faculdade das essências que reúnem signo e sentido numa *complicatio*. Contra a ideia do senso comum, pensar é complicar. Mas a complicação nada tem de negativo. Complicar é dobrar-se ao que nos afeta para lidar com suas forças. Lidar com as forças. Deixá-las lançarem o pensamento em sua aventura, em seu devir-ativo que abre para o absolutamente novo.

Ultrapassado o capítulo 1, o leitor ainda deverá atravessar três capítulos de extrema dificuldade ou de “complicação positiva”. Será preciso se deixar levar. O domínio das forças sobre o dito sujeito implica o reino do involuntário: somos coagidos pela violência do signo que nos arranca do comum acordo sobre o que experimentamos e nos mergulha nos processos de singularização e individuação por intensidade. O signo habita o objeto. O sentido habita o sujeito. A singularidade que emerge é, vamos descobrindo nas entrelinhas de Ulpiano, a atualização numa multiplicidade virtual, como seu livro na própria relação com a obra de Deleuze. O ato involuntário de pensar vai de par com a ideia de síntese assimétrica do sensível: do virtual ao atual. Se não controlamos o sentido é porque nosso pensamento deve sempre partir de virtualidades. Nem sequer as faculdades que o envolvem e nutrem estão prontas para acolher o que será pensado.

O capítulo 2 (“O Extra-ser e a similitude”) é uma quase-resposta para a difícil pergunta sobre o virtual. O virtual deleuziano, que o filósofo Alain Badiou chamou de “asilo da ignorância” quando é o lugar da reserva virtual. Ela aparece aqui em meio aos estoicos, domínio do extra-ser. Se Deleuze descobriu o transcendental, como Ulpiano afirma, foi como *informe*, superfície metafísica, campo de virtualidades. Aqui, mais uma vez, em sua serenidade de complicador, Ulpiano não teme as palavras. Metafísica sim. Claro! Deleuze é metafísico; um puro metafísico no sentido em que recusa que os corpos sejam pensados como puras atualidades ou que os acontecimentos estoicos sejam efeitos entendidos como resultados mecânicos da ação dos corpos. Metafísica não de um supra-ser ou de um intra-ser, mas de um extra-ser que é “irredutível ao fenômeno ou à coisa. Irredutível aos corpos e às leis destes” (p. 39). O extra-ser é o que impede que haja um modelo a partir do qual se possa buscar semelhança. Os estoicos versus Platão. A conexão com o capítulo 3 (“A Zeroidade”) pode ser explicada a partir daí. É preciso uma categoria anterior à primeiridade icônica (de semelhança) do filósofo pragmatista norte-americano e lógico Peirce. No plano de imanência do pensamento e da vida as percepções são puras: *zeroidade*. É só a partir do esquema sensorio-motor na sensibilidade que surge o intervalo separando ação e reação, centros de indeterminação que prefiguram o encadeamento percepção-afecção-ação. Ulpiano leitor arguto dos dois livros de Deleuze sobre cinema (*A Imagem-movimento* e *A Imagem-tempo*). Antes, na zeroidade do universo acentrado, o plano é “de imanência”. Imanência absoluta. Tela. É o que Ulpiano denomina primeiro sistema de imagens, uma luminosidade que se espria

fazendo tudo agir sobre tudo. A consciência vem depois, como coisa que recebe a luz e não como foco de luz. Bergson versus a fenomenologia. No entanto, neste capítulo 3, o que cabe destacar é a ênfase dada à passagem para a primeiridade peirciana como categoria do possível, mas quando este já não se define mais por um real previamente concebido ou atualizado conforme certa tradição dominante decalcada dos sentidos comuns e seus clichês. Ele é aqui aproximado do *complexe significabile*, que Ulpiano vai buscar no monge medieval italiano Gregorio de Rimini por meio de Deleuze e do livro de Hubert Elie, cujo título é o próprio conceito, traduzido como “significado proposicional” muitas vezes. Este “complexo” se revela fundamental para Ulpiano porque permite falar de puras qualidades, que justamente não existem, mas insistem e se tornam exprimíveis, como na lógica estoica do *lekton*, no pensamento de outro medieval (Nicolau de Autrecourt) ou na teoria dos objetos (*Gegenstandstheorie*) de Alexius Meinong.

A próxima etapa é o conceito puro de diferença. Deleuze como filósofo da diferença. É o capítulo 4 (“Diferença, Alteridade, Multiplicidade”). A diferença cessa de ser alteridade e se torna multiplicidade de casos. Neste capítulo, é o filósofo escocês David Hume que emerge como intercessor essencial na medida em que permite a Ulpiano introduzir a questão do tempo onde a diferença se faz e não cessa de se fazer. “O tempo se faz na síntese que incide sobre a repetição dos instantes, contraindo uns, os instantes, nos outros” (p. 57). A sucessão de instantes independentes cede a uma síntese no espírito constituindo o presente. O tempo é, portanto, subjetivo, mas de uma subjetividade passiva que contempla. Para uma filosofia da diferença o ponto é fundamental porque abre dois caminhos: 1) o caminho da contração dos instantes para um ser em si do passado que faria o presente passar (Bergson em Deleuze) ou 2) o caminho da busca de uma representação de tipo orgânico deste presente que fica no hábito e incita à generalidade como solução final; o que, aliás, permite compreender o título do capítulo seguinte – 5: “A Fuga do Aristotelismo”.

Fugir do aristotelismo? Sim. Por quê? Ulpiano responde: “A representação orgânica refere-se ao enfraquecimento pelo medo instintivo perante o conhecimento exterior e, por consequência, ao crescimento do sentimento do valor humano, da inteligência, aproximando-se do orgulho antropocêntrico. O homem assimila tudo à sua pequena humanidade” (p. 65). Não há mais estranhamento com Aristóteles. O real é racional. Hegel? Também. Ulpiano não o cita diretamente, mas é ele que pode acudir

Aristóteles nesta fuga que Deleuze promove. Se combinarmos aqui Ulpiano-Deleuze com outro filósofo “brasileiro” (Gérard Lebrun de *O Averso da dialética*), o devir-louco, inorgânico, aparece rebaixado, tanto em Aristóteles quanto em Hegel. É “lógico degradado” no caso aristotélico. Transforma-se em “alógico aceitado” no hegelianismo. A aceitação é sempre “em última instância” e faz com que Deleuze chame a dialética de Hegel de representação orgíaca (*Diferença e repetição*). Mas Ulpiano está interessado em explicar como o hábito prepara o longo caminho: “É o *milieu* realista fundado na primeira síntese do tempo [...]. Este mundo se define pelo hábito, o fundamento do meio orgânico” (*idem*). Aí a transição entre os capítulos 4 e 5.

Os capítulos 6, 7 e 8 aprofundam a ruptura de Deleuze-Ulpiano com a representação, seja orgânica ou orgíaca. “A primeiridade, a categoria do possível, implica planos deformantes, como as sombras da conjugação virtual que se aproximam e se separam, sem razão; além da física e da lógica; desatualizada. E os espaços quaisquer ou os primeiros planos, os desenquadramentos, tanto podem ser chamados de afecção sensitiva pura como de primeiridade. Com este processo, a obra de arte torna-se um simulacro, escapa para sempre ao senso comum, pertencendo em absoluto ao mundo da consistência. E a consistência é, no mínimo, um encontro com o vazio; o absoluto da imanência. É um abstrato, descontextualizado, ao modo do pedaço de ferro de Peirce que, mesmo não sofrendo atualmente nenhuma pressão, ainda assim mantém o seu poder de resistência. As qualidades e potências independem da existência, da atualização: Marcel Duchamp – um dadaísta que decompôs o movimento e Peirce – um lógico, parecem estar em ressonância” (p. 71-72).

Nesta longa passagem percebemos o amor de Ulpiano pelo cinema e o modo pelo qual ele estende e amplia, com seu estilo próprio, as intuições extraídas de Deleuze. Já no final do capítulo anterior ele se valia do cinema de Cassavetes para indicar, no avesso da representação, que os personagens não deveriam jamais vir da intriga, mas que, ao contrário, seriam eles, cada com qual com seu *gestus*, que seriam capazes de secretar histórias. Os objetos já não formam conjuntos que permitem inserir sujeitos. Eles foram implodidos pelos signos que os habitam e se tornaram abstratos. Linha gótica. Sem coordenadas existenciais, os corpos podem liberar afetos puros, como no exemplo do *ready-made* como peça arrancada de seu contexto. A sequência citada afirma justamente os planos deformantes da primeiridade com seus dois componentes: qualidades e potências desatualizadas. E esta parece, de fato, uma excelente maneira

para introduzir e explicar a diferença radical entre singularização e individuação. Com a singularidade a individuação não esgota o ser. A metafísica é afirmada sem temor por Ulpiano, mas sem transcendência, pois o virtual ou extra-ser não está fora do real, não se encontra jamais acima dele. O singular se constitui sem se confundir com um indivíduo. O indivíduo não fecha. O universal, por sua vez, cessa de ser abstrato e nunca vem antes. Pois a essência não é apenas, como vimos acima, unidade do signo e do sentido – inseparável dos exemplos que apenas a explicam ou desdobram. Ela se apresenta em três facetas que Ulpiano busca na filosofia medieval, de Avicena a Duns Scot: como essência concreta (unidade numérica essência-existência), como essência lógica (universal) e como essência metafísica (singularidade). Apenas, em Scot, esta última essência ainda era abstrata porque neutra, um puro possível à parte dos homens, prisioneiros do pecado original e condenados a um conhecimento ainda analógico. Do “Universal ao Singular” (título do capítulo 6) se explica: o singular entra no lugar do universal que deve ser explicado à luz do primeiro; a essência lógica dependente da essência metafísica. E Ulpiano ainda brinda o leitor com o belo exemplo do amor cortês, indo na contramão de algumas tolices escritas por certos psicanalistas: um amor-desejo que é processo sem descarga, e que implica um modo de vida sempre diferente. É este modo que explica o amor cortês tido como universal.

Talvez Ulpiano seja o estudioso de Deleuze mais radicalmente estoico e medieval. Daí a dificuldade de compreendê-lo com facilidade. Estamos presos no espaço do vocabulário grego clássico ou capitalista moderno. Se o rigor de Ulpiano é medieval e pode torná-lo árido por um lado, por outro lado há a informalidade dos seus exemplos na sintaxe poética e aforística. É isto que fascina, atrai e concretiza conceitos aparentemente abstratos demais. É o par “rigor-informalidade” do autor, que Tatiana Roque destacou com tanta propriedade em seu pequeno texto-homenagem a Ulpiano (“A amizade filosófica – o encontro de Gilles Deleuze com Claudio Ulpiano”, *in. Les Cahiers Purple*, número 1).

Mas não é apenas com os estoicos e os medievais que Ulpiano lê Deleuze. Há ainda, pelo menos, dois outros filósofos que lhe parecem fundamentais: Plotino (a teoria da emanção reinterpretada) e o já mencionado Meinong. Para Ulpiano, as relações entre este último e Deleuze são muito maiores do que se pode crer em vista da curta menção de *Lógica do sentido*. Segundo Ulpiano, é por meio de Meinong que Deleuze incorpora a cisão causal estoica à filosofia transcendental sem as formas da consciência

de Kant ou da fenomenologia. Apenas por esse ponto, *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento* já seria um livro importantíssimo. Porque assim encontramos a ponte que une o estoicismo a Kant, algo que seria praticamente impossível com os medievais e Spinoza, que Deleuze aborda sempre em separado do kantismo, desde *Spinoza e o problema da expressão* (1968).

“A teoria dos objetos [de Meinong] corresponderia a uma teoria na qual o objeto não existe, mas sua não existência atual não deve ser confundida com a não existência factual do objeto” (p. 81). E, justamente, o transcendental que Deleuze cria é uma existência *de direito* que recusa se inspirar nos ditos “fatos”, como era o caso de Kant. Trata-se de uma existência de direito que não é “nem física, nem psicológica, que se expressa em si [...]. Realidade virtual: afetos e não órgãos e funções no canto gratuito. O primeiro lance é de um expressionista no cinema; o segundo, o de um ornitólogo na música – a descoberta de Olivier Messiaen, um gótico, no sentido em que o gótico ultrapassa a representação orgânica e afirma a vontade espiritual. Expressão e não representação; intensidade e não extensão” (p. 85). A cisão causal (que nomeia o capítulo 7) é o que permite diferir absolutamente intensidade de extensão. O extra-ser estoico, como parte inefetuada do acontecimento, se presta sempre a uma conjugação (*confatalia*) que se constitui como multiplicidade cuja determinação se dá como na relação diferencial que a matemática apresenta como dy/dx ; duas partes heterogêneas sem forma sensível (física) ou significação (lógica) – sem função assinalável – que determinam a singularidade. Aqui, mais uma vez, o livro de Ulpiano é iluminador. Ele mostra com clareza como os pares virtual-atual e multiplicidade-singularidade se entrecruzam e permitem compreender a ideia de cisão causal. A *Lógica do sentido* é o cântico da cisão causal. É um ponto importante na filosofia deleuziana, mas pouco explorado pelos comentadores habituais. A dinâmica dos corpos não causa os efeitos. Os corpos se “entre-causam”, mas os efeitos agem como “quase-causas”. Isto é cisão causal. Por outro lado, a multiplicidade é virtual, mas sua atualização não esgota os “casos”: as singularidades pré-individuais envolvem os indivíduos como uma bruma, como o mesmo vapor de efeitos que sai dos corpos como causas do estoicismo.

As singularidades devem, por isso, ser ditas nômades (título do capítulo 8). Elas escapam e sobrevoam. E a próxima questão do livro de Ulpiano será justamente um complemento ético. Mas a ética por oposição à moral. Trata-se de perguntar qual o novo critério de seleção quando o pensamento já não se anima por uma imagem do que seria

bem pensar, quando as singularidades não têm porto seguro garantido de antemão, quando não há mais modelo, quando já não se trata de assegurar um triunfo das cópias sobre os simulacros conforme o platonismo e suas teorias das Ideias.

A esta altura chegamos à metade do livro. Deparamos com três capítulos extremamente breves e alusivos: 9 (“A Imagem Moral e a Liberdade”), 13 (“Arte e Forças”) e 14 (“Literatura”). O Bem como ideal moral para o pensamento desaparece. E Ulpiano assume aqui, com radicalidade, que é pela cisão causal estoica que a imagem clássica, dogmática e moral do pensamento – como atividade que quer e ama o verdadeiro, e não a própria vida – é derrubada. O “si mesmo” das coisas (essência) se dá no encontro (de corpos), mas não se reduz a algo neste encontro. É a diferença radical entre linha estoica e linha platônica (capítulo 10: “Estoicos e Platônicos”). O corpo e a imagem não estão mais abaixo da *dianoia* e do *eidos*. Os conceitos devem ser criados, não pairam no céu das Ideias nem dão consistência às coisas e, por isso, não podem ser decalcados delas. Ulpiano ressalta que o conceito cessa de remeter à generalidade de casos particulares. Como já indicava Hume, a generalidade da ideia não é o seu caráter, mas apenas um papel que a ideia pode desempenhar. E que, de fato, desempenha. Na chamada primeira síntese do tempo, que constitui o tempo como presente vivo, no hábito. Mas desde que o tempo começa a passar, numa segunda síntese (do passado), a diferença que era inicialmente generalidade cede e surge o espírito como crivo, definindo a filosofia, por exemplo, pelo importante e interessante, pelo singular. Vontade espiritual. Termo caro a Ulpiano. E a partir dele o conceito singular, dizendo o acontecimento (capítulo 11: “Conceitos”). A transição para os curtíssimos capítulos 13 e 14 é a parte mais estranha do livro. Ulpiano retoma o Sade de Klossowski para falar do gnosticismo, segundo o qual o mundo foi feito por um demiurgo malvado e não por Deus. Ulpiano poderia aqui lembrar que Herman Melville era gnóstico. O que importa? Basta Sade para falar de uma lei que já não se funda mais no Bem nem é universal. “A Lei passa a valer por si mesma, fundada em si mesma: a sua própria forma” (p. 128). Para contornar tamanha violência restou a universalidade do imperativo categórico kantiano, de um comando absoluto da razão que possuiria uma moral interna. Mas, no fim das contas, o título escolhido para este capítulo é enganoso. Não importa tanto Sade, Kant ou a gnose. O que parece importar é o plano de imanência que permite voltar à questão colocada acima sobre o critério de seleção.

“O plano de imanência é como um corte do caos e age como um crivo”. Conhecemos esta citação de Deleuze. Ulpiano a faz ecoar várias vezes. O novo critério é critério de liberdade, não de verdade. Para Deleuze é a questão do novo. Ulpiano coloca como a questão da liberdade que se conquista como poder de constituir problemas na vida. Sade só serviu como escala para destituir o Bem sem recair no imperativo categórico kantiano. O plano de imanência é o crivo, a “membrana seletiva”. Os conceitos criados devem passar pelo crivo. Em outros termos: devem ser avaliados em função de seu quantum de vida.

Os capítulos 12 e 13 apontam na direção desse quantum de vida mencionado acima, mas dentro do universo das artes. Plano de composição. Captar as forças que fazem pensar, talvez numa Figura, que nunca é forma. Francis Bacon. Diz Ulpiano: “A estética: a fuga da forma em favor da zona de vizinhança. Nem identificação, nem imitação, nem *Mimesis*. Supressão do platonismo e abertura para os simulacros. O devir dá um ponto final à representação” (p. 152). Se Spinoza é o “mais poderoso dos deleuzianos” (capítulo 15) é precisamente porque, fora das artes, o plano é mesmo de imanência, isto é, é porque na filosofia o caos é dito nem sequer existir. Ou só é dito existir como abstração. Pois, na realidade, o que é caótico (a velocidade das determinações) é sempre inseparável de um crivo. Claro que isto não está posto literalmente por Ulpiano. Mas é fácil deduzir pelo movimento com que ele retorna das artes a Leibniz (capítulos 16 e 19). No meio do caminho, o tempo do Aion (capítulo 17) e o intercessor literário Proust (capítulo 18). O que está em jogo é um vaivém: dos princípios que a filosofia erige (*ratio essendi*, *ratio existendi*, *ratio cognoscendi*, *ratio fiendi*) até as essências como pontos de vista que a obra de arte revela sem precisar da afirmação da imanência via conceitos.

Primeiramente Deleuze com seu intercessor mais difícil: Leibniz. Os quatro princípios são elencados por Ulpiano ao longo dos capítulos mencionados até chegar em Proust. O princípio de identidade como *ratio essendi* só pode ser analítico porque a razão de ser das coisas não está fora delas para vir se acrescentar sinteticamente a elas. O princípio de razão suficiente como *ratio existendi* é o grito da razão, ou seja, tudo grita que existe e, desse modo, pode-se afirmar a inclusão do acontecimento no predicado, podemos criar conceitos. O princípio dos indiscerníveis como *ratio cognoscendi* é a afirmação de que a identidade é classe de um só ser, pois não há duas coisas idênticas. “A generalidade, a universalidade do conceito – estas desaparecem” (p.

188). A diferença conceitual é puramente singular. Pronta para sair do conceito. Sem generalidade há coisas indiscerníveis apenas, diferenças puras. Por fim, o princípio de continuidade como *ratio fiendi* – razão do devir – é o encadeamento de corpos dos estoicos que não causam os acontecimentos, mas são mera condição para eles.

O capítulo sobre Proust (18) coloca a seguinte pergunta: por que a essência é comparada à *ratio existendi*? Ou melhor: por que ela aparece comparada à razão de existir das coisas? Já sugerimos acima, fazendo eco ao livro: porque as coisas como exemplares são desdobramentos da essência que é unidade signo-sentido. A essência é ponto de vista, singularidade, modo de existência. Ou, nas palavras de Ulpiano: é clarão, afeto, ponto luminoso qualquer. Algo que reverbera, ecoa e está sempre em devir. A razão grita a existência deste algo que se modifica continuamente. E Ulpiano reforça: a ideia de ponto de vista é superior à ideia de sujeito. É este que depende daquela.

Resta que tudo o que Ulpiano diz de Deleuze – ele bem o sabe – está associado a uma teoria do tempo como Aion. Toda a revolução metafísica deleuziana que *Gilles Deleuze: A Grande Aventura do Pensamento* tenta reconstruir em seu estilo sutil e difícil, de modo a ampliar nossa compreensão por meio de novos exemplos como desdobramentos da essência mutante Gilles Deleuze, tudo isso que Ulpiano escreve livremente ao longo das duas centenas de páginas, deve se fechar num capítulo sobre essa linha de tempo reta, mas não cronológica. Flecha que avança no ritmo do lançar. Passado e futuro se tornam desiguais neste “avanço”. O passado se torna fundamento como mera condição negativa para um novo desmesurado. “Quando o tempo é cíclico é uma linha que limita o mundo: é um círculo. Não será assim quando se tornar uma linha reta. Não será limite, mas passagem” (p. 207). Passagem para o novo que já não possui forma alguma. A linha reta como labirinto. O tempo labiríntico de bifurcações infinitas.

Em suma, para que se possa fazer nascer o pensar no pensamento (Artaud) é preciso que este se liberte temporalmente, que seja ativado por um devir puro. Um devir puro que, por ser puro, se abre para um por-vir como novo absoluto e não mais relativo. É a pergunta final que Ulpiano formula para retomar a velha questão posta mais acima dos critérios de seleção: “como se engendra o pensar no pensamento [tema ou questão-chave de Deleuze-Ulpiano]? Dois exercícios aparecem: o que tem a forma transcendental, o transcendente; e o que tem a forma empírica. O transcendente, em que há forma disjunta das faculdades, e o empírico com sua forma conjunta. Sob o domínio

do senso comum, conforme os moldes kantianos. Mas também o voluntário, o uso voluntário das faculdades e o uso involuntário das faculdades...” (p. 230-231).

Este modo talvez abrupto de concluir o livro remete, ainda que de maneira enigmática, à relação entre pensamento e virtualidade, mas agora tendo o tempo como pano de fundo. A introdução do virtual como abismo do atual ou informe se dá com a chamada segunda síntese do tempo, que Deleuze extrai de Bergson. O novo depende desta síntese, mas apenas como condição negativa. Há então uma terceira síntese do tempo (futuro) que estabelece o tempo como linha reta, expulsando passado e presente e tirando as coordenadas daquele que terá que pensar. É a dimensão do intempestivo, que podemos aplicar ao próprio Claudio Ulpiano, ao seu ensino oral e a este livro singular, apesar de suas diferenças. Para quem jamais leu Deleuze, o que se perde são as coordenadas filosóficas habituais sobre metafísica, filosofia medieval, Kant etc. Para os deleuzianos, o que é deixado para trás são as coordenadas que simplificam a compreensão de uma filosofia tão complexa. De um modo ou de outro estamos diante de um livro que é muito mais do que um simples comentário sobre a obra de um filósofo. Ulpiano escreveu um livro denso e ousado que não nos ajuda a “conhecer” Deleuze, mas que procura nos colocar no meio do labirinto de suas ideias, permitindo que testemos a nossa própria potência de pensar.

Recebido em: 12/12/2015 – *Received in: 12/12/2015*

Aprovado em: 10/01/2016 – *Approved in: 01/10/2016*